

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores clientes e acionistas.

A Administração da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes. As práticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração destas Demonstrações Financeiras estão alinhadas à Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("Bacen"), consubstanciadas no Plano Contábil das

Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("Cosif"). No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Corretora registrou Lucro Líquido de R\$ 94.850 mil, correspondente a R\$ 7,44 por ação e rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 17,80%. A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Prudencial Bank of America ("Conglomerado"). Em 31 de dezembro de 2024, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 19,32%.

O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras vigentes do Banco Central, as estruturas que regem as atividades de gerenciamento de riscos e de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço: <https://www.bofabrasil.com.br/>.

São Paulo, 24 de março de 2025

A Diretoria

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**  
(em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2024	2023
<b>Circulante</b>		<b>1.425.212</b>	<b>752.919</b>
Disponibilidades	(Nota 04)	303	292
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>1.409.097</b>	<b>742.038</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(Nota 04)	610.452	529.878
Negociações e intermediação de valores	(Nota 06)	760.884	185.070
Disponíveis para venda	(Nota 05)	26.294	23.675
Outros ativos financeiros	(Nota 07)	11.467	3.415
Ativos financeiros correntes	(Nota 10)	15.019	8.758
Outros ativos	(Nota 08)	793	1.831
<b>Não circulante</b>		<b>62.584</b>	<b>56.896</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>62.584</b>	<b>56.896</b>
Ativos fiscais diferidos	(Nota 10)	39.965	35.348
Outros ativos	(Nota 08)	22.619	21.548
<b>Total ativo</b>		<b>1.487.796</b>	<b>809.815</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>897.169</b>	<b>287.152</b>
Negociações e intermediação de valores	(Nota 06)	760.274	185.208
Obrigações fiscais correntes	(Nota 10)	70.456	42.646
Outros passivos	(Nota 11)	66.439	59.298
<b>Não circulante</b>		<b>31.018</b>	<b>28.755</b>
Provisões	(Nota 09)	22.619	21.549
Obrigações fiscais diferidas	(Nota 10)	8.399	6.957
Outros passivos	(Nota 11)	-	249
<b>Total passivo</b>		<b>928.187</b>	<b>315.907</b>
Capital social		354.159	354.159
Reservas de lucros		200.210	136.029
Outros resultados abrangentes		5.240	3.720
<b>Total patrimônio líquido</b>	(Nota 12)	<b>559.609</b>	<b>493.908</b>
<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.487.796</b>	<b>809.815</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**  
(em milhares de Reais)

	Notas	2º semestre	2024	2023
Receitas de intermediação financeira		30.346	56.897	61.679
Ganhos (perdas) líquidos com instrumentos financeiros		(88)	(230)	(273)
<b>Resultado da intermediação financeira</b>	(Nota 13)	<b>30.258</b>	<b>56.667</b>	<b>61.406</b>
Receitas de tarifas e comissões	(Nota 14)	180.311	294.332	197.277
<b>Receitas operacionais</b>		<b>210.569</b>	<b>350.999</b>	<b>258.683</b>
Despesas de pessoal	(Nota 15)	(45.697)	(93.524)	(98.907)
Despesas de tarifas e comissões		(2.888)	(5.549)	(4.834)
Outras despesas administrativas	(Nota 16)	(40.455)	(89.923)	(89.042)
Outras receitas (despesas) operacionais	(Nota 17)	(14.568)	(25.510)	(24.800)
<b>Lucro líquido antes da tributação</b>		<b>106.961</b>	<b>136.493</b>	<b>41.100</b>
Imposto sobre a renda	(Nota 10)	(29.842)	(41.643)	(10.265)
<b>Lucro líquido do período/exercício</b>		<b>77.119</b>	<b>94.850</b>	<b>30.835</b>
<b>Lucro por ação em reais</b>		<b>6,05</b>	<b>7,44</b>	<b>2,42</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>		<b>6,05</b>	<b>7,44</b>	<b>2,42</b>
Quantidade de ações		12.756.775	12.756.775	12.756.775

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**  
(em milhares de Reais)

	Notas	2º semestre	2024	2023
<b>Lucro Líquido do período/exercício</b>		<b>77.119</b>	<b>94.850</b>	<b>30.835</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para a venda</b>		<b>818</b>	<b>1.572</b>	<b>1.640</b>
Variação de valor justo	(Nota 05)	1.362	2.619	2.733
Efeito tributário		(544)	(1.047)	(1.093)
<b>Benefícios a empregados</b>		<b>(52)</b>	<b>(52)</b>	<b>(68)</b>
Variação de ajuste atuarial	(Nota 11)	(86)	(86)	(114)
Efeito fiscal		34	34	46
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>		<b>766</b>	<b>1.520</b>	<b>1.572</b>
<b>Total do resultado abrangente</b>		<b>77.885</b>	<b>96.370</b>	<b>32.407</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**  
(em milhares de Reais)

	Notas	2º semestre	2024	2023
<b>Fluxo de caixa provenientes (utilizados) das(nas) atividades operacionais</b>		<b>103.404</b>	<b>111.254</b>	<b>46.497</b>
<b>Lucro líquido ajustado do período/exercício</b>		<b>69.733</b>	<b>90.660</b>	<b>24.648</b>
Lucro líquido do período/exercício		77.119	94.850	30.835
<b>Ajustes ao lucro líquido</b>		<b>(7.386)</b>	<b>(4.190)</b>	<b>(6.187)</b>
Ativos fiscais diferidos	(Nota 10)	(7.599)	(4.618)	(11.127)
Provisões atuariais	(Nota 11)	-	-	(13)
Obrigações fiscais diferidas	(Nota 10)	213	428	521
Atualização de depósitos judiciais	(Nota 08)	(531)	(1.070)	(1.298)
Provisão de contingências	(Nota 09)	531	1.070	5.730
<b>Varição de ativos e passivos</b>		<b>33.671</b>	<b>20.594</b>	<b>21.849</b>
(Aumento) ativos financeiros disponíveis para a venda		(1.362)	(2.619)	(3.033)
(Aumento)/Redução outros ativos financeiros		89.764	(583.866)	557.683
(Aumento)/Redução outros ativos		(9.830)	(5.223)	3.009
Impostos de renda e contribuição social pagos		(11.859)	(27.116)	(28.868)
(Redução) outros passivos financeiros		(97.221)	575.068	(558.719)
Aumento outros passivos		64.179	64.350	51.777
<b>Fluxo de caixa provenientes (utilizados) das(nas) atividades de financiamento</b>		<b>(30.669)</b>	<b>(30.669)</b>	<b>(14.500)</b>
Juros sobre capital próprio		(30.669)	(30.669)	(14.500)
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>72.735</b>	<b>80.585</b>	<b>31.997</b>
No início do período/exercício		538.020	530.170	498.173
No fim do período/exercício	(Nota 04)	610.755	610.755	530.170
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>72.735</b>	<b>80.585</b>	<b>31.997</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**  
(em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes		Total
		Legal	Estatutária	Lucros acumulados	Ativos financeiros disponíveis para a venda	Benefícios a empregados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>354.159</b>	<b>30.903</b>	<b>88.791</b>	-	<b>2.028</b>	<b>120</b>	<b>476.001</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	30.835	-	-	30.835
Reserva legal	(Nota 12)	1.542	-	(1.542)	-	-	-
Reserva estatutária	(Nota 12)	-	14.793	(14.793)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	(Nota 12)	-	-	(14.500)	-	-	(14.500)
Ajuste de avaliação patrimonial - Disponível para venda	(Nota 05)	-	-	-	1.640	-	1.640
Ajuste de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados	(Nota 11)	-	-	-	-	(68)	(68)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>354.159</b>	<b>32.445</b>	<b>103.584</b>	-	<b>3.668</b>	<b>52</b>	<b>493.908</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	94.850	-	-	94.850
Reserva legal	(Nota 12)	4.742	-	(4.742)	-	-	-
Reserva estatutária	(Nota 12)	-	59.439	(59.439)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	(Nota 12)	-	-	(30.669)	-	-	(30.669)
Ajuste de avaliação patrimonial - Disponível para venda	(Nota 05)	-	-	-	1.572	-	1.572
Ajuste de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados	(Nota 11)	-	-	-	-	(52)	(52)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>354.159</b>	<b>37.187</b>	<b>163.023</b>	-	<b>5.240</b>	<b>52</b>	<b>559.609</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	77.119	-	-	77.119
Reserva legal	(Nota 12)	4.742	-	(4.742)	-	-	-
Reserva estatutária	(Nota 12)	-	59.439	(59.439)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	(Nota 12)	-	-	(30.669)	-	-	(30.669)
Ajuste de avaliação patrimonial - Disponível para venda	(Nota 05)	-	-	-	818	-	818
Ajuste de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados	(Nota 11)	-	-	-	-	(52)	(52)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>354.159</b>	<b>37.187</b>	<b>163.023</b>	-	<b>5.240</b>	<b>52</b>	<b>559.609</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**  
(em milhares de Reais)

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") foi constituída em 25 de maio de 1998, sob a forma de sociedade por ações, tendo por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às corretoras de títulos e valores mobiliários.

A Corretora é constituída sob a forma de sociedade por ações e domiciliada no Brasil, sendo controlada diretamente pela BofAML EMEA Holdings 2 Limited, sociedade constituída em Jersey e indiretamente pelo Bank of America Corporation (controladora final do Grupo), com sede nos Estados Unidos da América. A Corretora está localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, na cidade de São Paulo.

As demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Diretoria em 24 de março de 2025.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO**

**2.1. Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras da Corretora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") e em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("Cosif") e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/20 estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro de 2020, incluindo a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente. A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Essas estimativas e premissas foram consideradas, principalmente, na mensuração de provisões para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na determinação do prazo de realização dos créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

O CMN, através da Resolução nº 4.144 de 27 de setembro de 2012, aprovou o CPC 00 (R1) Pronunciamento Conceitual Básico que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

**2.2. Novas normas, alterações e interpretações aplicáveis em períodos futuros**

**a) A Resolução CMN nº 4.966/21** dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e reformula os conceitos e critérios para a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025.

De acordo com Art. 76 da Resolução CMN nº 4.966/21, o Conglomerado elaborou um plano de implementação o qual contempla as seguintes etapas: (i) Diagnóstico da situação atual e impactos da nova regulamentação; (ii) Análise e desenho de novos processos, políticas e procedimentos; (iii) Análise da nova arquitetura tecnológica e desenvolvimento sistêmico e (iv) Homologação das alterações e estudo do plano de migração em 1º de janeiro de 2025. O plano de implantação foi aprovado pela Diretoria em 23 de novembro de 2022. O Conglomerado vem adotando as medidas necessárias de forma a atender sua implementação.

**Classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros**

A Resolução CMN nº 4.966/21 introduz uma nova abordagem para a classificação e mensuração de ativos financeiros. Os ativos serão classificados em três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado, de acordo com modelo de negócio e das características dos fluxos de caixa contratuais.

O modelo de negócio refere-se a como a instituição gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o objetivo de: (i) obter fluxos de caixa contratuais, (ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda futura ou (iii) outros.

**Perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A Resolução CMN nº 4.966/21 determina, além disso, a adoção de modelo de perdas esperadas, no qual a Corretora deve reconhecer as perdas esperadas associadas ao risco de crédito desde o momento do reconhecimento inicial da operação, considerando os efeitos do passado, a situação presente e as expectativas futuras. A Corretora alocará os instrumentos financeiros em três estágios: (i) Estágio 1: provisão para perda com base na expectativa de perda de crédito para os próximos 12 meses, para ativos que não apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. (ii) Estágio 2: provisão de perda esperada ao longo da vida do ativo, para aqueles com aumento significativo do risco de crédito. (iii) Estágio 3: provisão de perda esperada para ativos com problemas de recuperação de crédito, considerando também níveis mínimos de provisão conforme estabelecido pelo Anexo I da Resolução BCB nº 352.

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 será aplicada de forma prospectiva e eventuais ajustes de saldos contábeis decorrentes da aplicação da norma serão reconhecidos, em 1º de janeiro de 2025, em contrapartida à conta de Lucros Acumulados do Patrimônio Líquido.

O impacto total estimado, proveniente da adoção inicial da referida resolução, líquido dos efeitos tributários, é inferior a 1% do Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2024.

**b) A Resolução CMN nº 4.975/21** dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras que deverão observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC 06 - R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil. A Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025. O Conglomerado avaliou os impactos desta norma.

**2.3. Moeda Funcional e conversão de moedas estrangeiras**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera e a moeda funcional da Corretora.

**2.4. Principais políticas contábeis**

**a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança no valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**b) Ativos financeiros**

A Corretora reconhece ativos financeiros em seu balanço patrimonial quando torna-se parte das condições contratuais do instrumento.

Aplicações em depósitos financeiros são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos, encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Bacen, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração. A Corretora classifica seus ativos financeiros como: mantidos até o vencimento, disponíveis para a venda ou mantidos para negociação. Os ativos financeiros somente são classificados como mantidos até o vencimento somente se houver a intenção e capacidade financeira da Corretora para sua manutenção em carteira até o vencimento.

A Corretora inicialmente mensura e reconhece os ativos financeiros pelo valor justo. No caso de ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação, são acrescidos e/ou deduzidos os custos de aquisição diretamente atribuíveis ao ativo financeiro. Para os ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, estes custos são reconhecidos como despesa quando ocorrerem.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros registrados como mantidos para negociação no balanço patrimonial estão mensurados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período. Os ativos financeiros registrados como disponíveis para a venda no balanço patrimonial estão mensurados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

Negociações e intermediações de valores são substancialmente compostas por recebíveis oriundos da intermediação de valores mobiliários junto a clientes e à bolsa de valores e estão registrados no balanço patrimonial ao custo amortizado.

**c) Passivos financeiros**

A Corretora reconhece passivos financeiros em seu balanço patrimonial quando torna-se parte das condições contratuais do instrumento. Negociações e intermediação de valores são substancialmente compostas por obrigações oriundas da intermediação de valores mobiliários junto a clientes e à bolsa de valores e estão registrados no balanço patrimon

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**  
(em milhares de Reais)

O passivo é mensurado ao valor justo a cada data do balanço até - e incluindo - a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecida como despesa de pessoal na demonstração do resultado.

**j) Provisões, ativos e passivos contingentes**

As provisões registradas nos períodos referem-se a passivos fiscais contingentes cuja movimentação encontra-se detalhada a seguir:

**9. PROVISÕES**

As provisões registradas nos períodos referem-se a passivos fiscais contingentes cuja movimentação encontra-se detalhada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	21.549	15.819
Movimentações	1.070	5.730
<b>Saldo final</b>	<b>22.619</b>	<b>21.549</b>

**Provisão de contingências fiscais:** A Corretora é parte em litígios judiciais e administrativos de natureza fiscal. De acordo com o CPC 25, são classificados como passivos contingentes os processos judiciais ou administrativos decorrentes de autos de infração ou notificações judiciais onde se contestam as exigências formuladas pelas autoridades fiscais.

Com o advento da Instrução Normativa BCB nº 319 de 04 de novembro de 2022 e, considerando o desfecho desfavorável, por meio de repercussão geral, do Tema 372 pelo STF, a discussão judicial relativa à inconstitucionalidade do alargamento da base de PIS/Cofins, nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, foi reclassificada pelos consultores jurídicos como provável de perda e o montante envolvido encontra-se integralmente provisionado.

**Passivos contingentes:** A Corretora também é parte em litígios tributários cujos riscos de perda são classificados pela Administração, com base no prognóstico de seus consultores jurídicos, como possíveis. Estimam-se os potenciais passivos contingentes associados a tais litígios o valor de R\$ 110.533 (R\$ 105.509 em 2023) que envolvem as seguintes discussões: (i) PIS e Cofins sobre ganhos decorrentes da desmaturização da B3 no valor de R\$ 54.431 (R\$ 52.106 em 2023); e (ii) PIS e Cofins sobre corretagem de investidor estrangeiro no valor de R\$ 47.959 (R\$ 45.617 em 2023); e (iii) Multa isolada de estimativas de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 8.143 (R\$ 7.786 em 2023).

Destaca-se que dado o prognóstico de perda possível, não há provisão constituída para fazer face às perdas potencialmente derivadas de tais litígios.

**10. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS**

**10.1. Imposto de renda e contribuição social corrente**

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	15.019	8.758
<b>Total</b>	<b>15.019</b>	<b>8.758</b>

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo		
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(45.832)	(20.868)
Impostos e contribuições a recolher	(24.624)	(21.778)
<b>Total</b>	<b>(70.456)</b>	<b>(42.646)</b>

**10.2. Imposto de renda e contribuição social diferido**

	31/12/2024	31/12/2023
Diferenças temporárias		
Contingências	9.002	8.574
Provisão para participação nos lucros ("PLR")	30.963	26.774
<b>Total de créditos tributários - Ativo</b>	<b>39.965</b>	<b>35.348</b>
<b>Obrigações fiscais diferidas - Passivo</b>	<b>(8.399)</b>	<b>(6.957)</b>

**10.3. Resultado de imposto de renda e contribuição social**

	31/12/2024		31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Resultado antes IRPJ e CSLL</b>	<b>136.493</b>	<b>136.493</b>	<b>41.100</b>	<b>41.100</b>
Juros sobre capital próprio	(30.669)	(30.669)	(14.500)	(14.500)
Ajustes temporários (a)	10.473	10.473	26.508	26.508
Ajustes permanentes	1.106	1.106	586	586
<b>Lucro Real</b>	<b>117.403</b>	<b>117.403</b>	<b>53.694</b>	<b>53.694</b>
Aliquotas	25%	15%	25%	15%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(29.327)</b>	<b>(17.611)</b>	<b>(13.400)</b>	<b>(8.054)</b>
Incentivos fiscais	1.106	(160)	587	(195)
Passivo fiscal diferido	2.886	1.731	6.952	4.171
<b>Despesas de IRPJ e CSLL</b>	<b>(25.603)</b>	<b>(16.040)</b>	<b>(6.187)</b>	<b>(4.078)</b>

(a) Substancialmente compostos por contingências fiscais e outras obrigações sociais e estatutárias.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Resultado antes IRPJ e CSLL</b>	<b>136.493</b>	<b>136.493</b>	<b>41.100</b>	<b>41.100</b>
Juros sobre capital próprio	(30.669)	(30.669)	(14.500)	(14.500)
Ajustes temporários (a)	10.473	10.473	26.508	26.508
Ajustes permanentes	1.106	1.106	586	586
<b>Lucro Real</b>	<b>117.403</b>	<b>117.403</b>	<b>53.694</b>	<b>53.694</b>
Aliquotas	25%	15%	25%	15%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(29.327)</b>	<b>(17.611)</b>	<b>(13.400)</b>	<b>(8.054)</b>
Incentivos fiscais	1.106	(160)	587	(195)
Passivo fiscal diferido	2.886	1.731	6.952	4.171
<b>Despesas de IRPJ e CSLL</b>	<b>(25.603)</b>	<b>(16.040)</b>	<b>(6.187)</b>	<b>(4.078)</b>

(a) Substancialmente compostos por contingências fiscais e outras obrigações sociais e estatutárias.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Resultado antes IRPJ e CSLL</b>	<b>136.493</b>	<b>136.493</b>	<b>41.100</b>	<b>41.100</b>
Juros sobre capital próprio	(30.669)	(30.669)	(14.500)	(14.500)
Ajustes temporários (a)	10.473	10.473	26.508	26.508
Ajustes permanentes	1.106	1.106	586	586
<b>Lucro Real</b>	<b>117.403</b>	<b>117.403</b>	<b>53.694</b>	<b>53.694</b>
Aliquotas	25%	15%	25%	15%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(29.327)</b>	<b>(17.611)</b>	<b>(13.400)</b>	<b>(8.054)</b>
Incentivos fiscais	1.106	(160)	587	(195)
Passivo fiscal diferido	2.886	1.731	6.952	4.171
<b>Despesas de IRPJ e CSLL</b>	<b>(25.603)</b>	<b>(16.040)</b>	<b>(6.187)</b>	<b>(4.078)</b>

(a) Substancialmente compostos por contingências fiscais e outras obrigações sociais e estatutárias.

**10.4. Movimentação do crédito tributário**

	31/12/2023		31/12/2024	
	Realização	Constituição	Realização	Constituição
<b>Crédito Tributário Diferido Ativo - IRPJ</b>				
Contingências fiscais	5.387	-	268	5.655
Provisão PLR e benefício a empregados	16.734	(18.928)	21.546	19.352
<b>Total</b>	<b>22.121</b>	<b>(18.928)</b>	<b>21.814</b>	<b>25.007</b>

	31/12/2022		31/12/2023	
	Realização	Constituição	Realização	Constituição
<b>Crédito Tributário Diferido Ativo - IRPJ</b>				
Contingências fiscais	3.955	-	1.432	5.387
Provisão PLR e benefício a empregados	11.214	(11.060)	16.580	16.734
Marcação a mercado	-	(1)	1	-
<b>Total</b>	<b>15.169</b>	<b>(11.061)</b>	<b>18.013</b>	<b>22.121</b>

	31/12/2023		31/12/2024	
	Realização	Constituição	Realização	Constituição
<b>Crédito Tributário Diferido Ativo - CSLL</b>				
Contingências fiscais	3.187	-	160	3.347
Provisão PLR e benefício a empregados	10.040	(11.357)	12.928	11.611
<b>Total</b>	<b>13.227</b>	<b>(11.357)</b>	<b>13.088</b>	<b>14.958</b>

	31/12/2022		31/12/2023	
	Realização	Constituição	Realização	Constituição
<b>Crédito Tributário Diferido Ativo - CSLL</b>				
Contingências fiscais	2.327	-	860	3.187
Provisão PLR e benefício a empregados	6.729	(6.636)	9.947	10.040
Marcação a mercado	-	(1)	1	-
<b>Total</b>	<b>9.056</b>	<b>(6.637)</b>	<b>10.808</b>	<b>13.227</b>

**10.5. Expectativa de realização do crédito tributário**

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização anual dos créditos tributários e o valor presente apurado com base na taxa do CDI de 31 de dezembro de 2024 são os seguintes:

Exercício	Expectativa de realização por período	Valor presente dos créditos tributários
2025	30.963	27.609
2030 e acima	9.002	4.524
<b>Total</b>	<b>39.965</b>	<b>32.133</b>

O estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários foi elaborado pela Administração com base nos cenários atual e futuro da projeção de resultados. O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados à medida em que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal.

**10.6. Movimentação de obrigações fiscais diferidas**

As obrigações fiscais diferidas foram constituídas com base na atualização dos juros sobre depósitos judiciais, variação de marcação a mercado e provisão atuarial, e sua movimentação encontra-se detalhada a seguir:

	31/12/2023	Realização	Constituição	31/12/2024
Juros sobre depósitos judiciais	4.478	-	428	4.906
Provisão de benefício a empregados	34	(34)	-	-
Marcação a mercado	2.445	-	1.048	3.493
<b>Total</b>	<b>6.957</b>	<b>(34)</b>	<b>1.476</b>	<b>8.399</b>

	31/12/2022	Realização	Constituição	31/12/2023
Juros sobre depósitos judiciais	3.957	-	521	4.478
Provisão de benefício a empregados	80	(46)	-	34
Marcação a mercado	1.352	-	1.093	2.445
<b>Total</b>	<b>5.389</b>	<b>(46)</b>	<b>1.614</b>	<b>6.957</b>

**11. OUTROS PASSIVOS**

A composição dos outros passivos está detalhada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Outros passivos</b>		
Programa de participação nos resultados	30.118	23.606
Programa de participação nos resultados baseados em ações (b)	27.778	25.828
Valores a pagar sociedades ligadas (a)	3.460	6.365
Provisão para pagamentos a efetuar	4.196	3.499
Provisões atuariais (c)	-	249
Outros	887	-
<b>Total outros passivos</b>	<b>66.439</b>	<b>59.547</b>

(a) O saldo é composto substancialmente dos reembolsos de despesas operacionais a pagar o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Banco").

(b) O plano para os funcionários elegíveis ao programa de remuneração baseada em ações é concedido através do recebimento de valores baseados em ações. O valor pago aos funcionários é equivalente ao preço de mercado das ações na data de liquidação. Não há alternativas para pagamento em ações.

Os funcionários elegíveis recebem direitos de valorização de ações, somente pagáveis em dinheiro. Esses direitos são liquidados anualmente, com base na quantidade de ações a serem pagas ao término de cada período de aquisição. O período de diferimento do benefício é de três a quatro anos a contar a partir do recebimento da gratificação. O valor justo das ações é calculado na data de pagamento, com base em valores divulgados pela NYSE.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, nenhum direito de valorização de ações tornou-se exercível. Não houve cancelamentos ou alterações nos planos no período em questão.

(c) Benefícios pós-emprego: Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 52 (R\$ 68 em 2023).

**I - Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial**

**i. Critério para apuração dos ativos:** Os Planos de Assistência Médica não possuem ativos garantidores alocados para a cobertura dos benefícios por ele oferecidos, sendo os mesmos pagos diretamente pela Corretora conforme sua ocorrência.

**ii. Taxa para desconto da obrigação atuarial:** 10,71% a.a. e 6,56% a.a. real (9,82% a.a. e 5,75% a.a. real em 2023).

**iii. Taxa anual de inflação de longo prazo:** 3,89% a.a. (3,85% a.a. em 2023).

**iv. Crescimento dos custos médicos:** 8,82% a.a. e 4,75% a.a. real (8,78% a.a. e 4,75% a.a. real em 2023).

**v. Crescimento dos custos médicos por envelhecimento:** Por faixa etária, 0 a 24 anos = 1,25% a.a.; 25 a 54 anos = 2,25% a.a.; 55 a 79 anos = 4,50% a.a.; e a partir de 80 anos = 2,50% a.a.

**vi. Percentual de permanência no plano dos futuros aposentados e desligados:** 100%.

**vii. Tábua de mortalidade geral:** AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo. A tábua de mortalidade geral adotada - AT-2000 suavizada em 10% reflete de forma adequada à sobrevivência que vem sendo observada nos últimos anos em populações vinculadas a programas de benefícios nos moldes do que a Corretora mantém junto aos seus empregados, sendo largamente adotada em avaliações atuariais desta natureza no Brasil.

**viii. Rotatividade:** Experiência interna.

A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva dos funcionários da Corretora elegíveis aos benefícios pós-emprego, os quais resultaram em média 13% a.a.

**ix. Idade na data de aposentadoria:** 65 anos de idade para homens e 62 para mulheres.

**x. Método atuarial:** Crédito Unitário Projetado.

O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual é previsto que este irá trabalhar para a empresa. A determinação do custo para cada ano de serviço é obtida indiretamente pela alocação dos benefícios esperados entre os anos de serviço.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes à massa de participantes do plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

**II - Exposição a riscos**

As obrigações existentes, vinculadas aos benefícios pós-emprego, aqui avaliadas como benefícios definidos, expõem a Corretora a uma série de riscos, sendo os principais expostos a seguir:

**i. Risco de inflação:** Conforme demonstrado nas premissas atuariais, os valores dos planos estão vinculados ao índice de inflação **médica**, e uma vez que a inflação suba, esta levará as obrigações a um patamar mais elevado, gerando um passivo atuarial mais relevante.

**ii. Expectativa de vida:** Os benefícios definidos disponibilizados pela Corretora possuem como variável a idade do beneficiário, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos.

**III - Evolução do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial**

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	249	149
Movimentação	(249)	100
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>249</b>

**12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social está representado por 12.756.775 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, que asseguram dividendos e/ou juros sobre capital próprio anuais de 25% do lucro líquido podendo a Assembleia Geral deliberar por distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro.

O estatuto social prevê a destinação dos lucros, em 31 de dezembro de cada ano, após as deduções legais, para o fundo de reserva legal em 5%, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que essa reserva atinja 20% do capital social realizado. O saldo remanescente dos lucros então destinados, são alocados na conta de Reserva de Lucros - Estatutária, a fim de assegurar a adequação operacional e regulatória da Corretora, podendo ser utilizada para garantir futuros aumentos de capital ou, não havendo necessidade, para a realização de distribuição de dividendos.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 2023, foi aprovada a remuneração do capital próprio aos acionistas, calculada sobre o Patrimônio Líquido apurado no Balanço Patrimonial em 31 de agosto de 2023, nos termos da Resolução CMN nº 4.820/20 e no montante de R\$ 14.500. O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 5.800.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de dezembro de 2024, foi aprovada a remuneração do capital próprio aos acionistas, nos termos da Resolução CMN nº 4.820/20 e no montante de R\$ 30.669. O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 12.268.

**13. RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA**

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas com aplicações interfinanceiras	56.897	61.679
<b>Ganhos (perdas) líquidos com instrumentos financeiros</b>		
Rendas de títulos e valores mobiliários	9	260
Perdas líquidas realizadas com títulos e valores mobiliários	(239)	(533)
<b>Total</b>	<b>56.667</b>	<b>61.406</b>

**14. RECEITA DE TARIFAS E COMISSÕES**

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de corretagens	148.701	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**  
(em milhares de Reais)

**18.2. Valor justo dos ativos e passivos mensurados ao custo amortizado**

A seguir, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, registrados na Corretora e seus respectivos valores justos:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações em depósitos interfinanceiros	610.452	610.452	529.878	529.878
Negociações e intermediação de valores	760.884	760.884	185.070	185.070
Rendas a receber por prestação de serviços	11.467	11.467	3.415	3.415
<b>Total</b>	<b>1.382.803</b>	<b>1.382.803</b>	<b>718.363</b>	<b>718.363</b>

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Aplicações em depósitos interfinanceiros: Referem-se a aplicações em depósitos interfinanceiros pós-fixados de curto prazo. O valor contábil apresenta uma aproximação substancial do seu valor justo.

Negociações e intermediações: Referem-se aos direitos e às obrigações oriundas da intermediação das negociações de instrumentos financeiros, efetuadas por conta de clientes. O valor contábil apresenta uma aproximação substancial do seu valor justo.

Outros ativos financeiros: Incluem valores a receber pela prestação de serviços a serem liquidados no curto prazo. Tendo em vista os prazos para referidas liquidações, o valor contábil apresenta uma aproximação substancial do seu valor justo.

**19. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As partes relacionadas da Corretora incluem, além de suas controladoras, subsidiárias-irmãs e coligadas, o pessoal-chave da Administração da Corretora, familiares próximos e entidades sobre as quais estes ou seus familiares próximos podem exercer influência ou controle significativo.

Pessoas-chave da Administração são definidas como aquelas que têm autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle das atividades do Grupo Bank of America Brasil, direta ou indiretamente.

**19.1. Remuneração da Administração**

Para fins de divulgação, entende-se por pessoal-chave da Administração, os diretores estatutários do grupo Bank of America no Brasil, cuja remuneração paga está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Plano de benefícios de longo prazo	27.187	24.183
Participação nos lucros e gratificações	23.656	20.121
Salários e benefícios	26.738	27.237
Previdência privada	2.657	2.589
<b>Total</b>	<b>80.238</b>	<b>74.130</b>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram pagos encargos sociais e multas rescisórias no montante de R\$ 26.312 (R\$ 23.645 em 2023).

**19.2. Plano de benefícios a longo prazo**

A prática de concessão de incentivo a longo prazo tem por propósito promover o sucesso e aumentar o valor da Corretora, ligando os interesses pessoais dos colaboradores chave com os interesses dos acionistas. Destaca-se como objetivo primordial o reforço da motivação, atração e retenção dos colaboradores-chave.

**19.3. Rescisão de contrato**

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho, no caso de descumprimento de obrigações, não dá direito a qualquer compensação financeira.

**19.4. Transações com partes relacionadas**

Os saldos das transações com partes relacionadas não controladoras estão demonstrados a seguir:

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Depósitos bancários</b>	<b>301</b>	<b>291</b>	-	-
Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.	301	291	-	-
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>610.452</b>	<b>529.878</b>	<b>56.897</b>	<b>61.678</b>
Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.	610.452	529.878	56.897	61.678
<b>Negociações e intermediação de valores</b>	<b>(84.259)</b>	<b>17.914</b>	<b>14.335</b>	<b>14.218</b>
Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.	(584.739)	61.129	(262)	(359)
Bank of America, National Association	(5.793)	9.701	465	499
BofA Securities, Inc.	(43)	-	-	-
Fundo de Inv. Multi Agata-Crédito Priv-Inv no Ext.	52.539	(65.996)	103	100
Fundo de Inv. Multi Iceberg-Crédito Priv-Inv no Ex.	(50.846)	2.319	759	574
Merrill Lynch Capital Services, Inc.	83.965	(66.008)	1.387	1.297
Merrill Lynch International	420.658	76.769	11.883	12.107
<b>Rendas a receber por prestação de serviços</b>	<b>11.467</b>	<b>3.414</b>	<b>145.631</b>	<b>31.119</b>
Bank of America, National Association	-	616	-	4.841
BofA Securities, Inc.	838	1.362	12.505	14.982
Merrill Lynch International	10.629	1.436	133.126	11.296
<b>Outros valores</b>	<b>-</b>	<b>1.681</b>	<b>15.154</b>	<b>18.486</b>
Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.	-	1.681	15.154	18.486
<b>Valores a pagar sociedades ligadas (a)</b>	<b>(3.460)</b>	<b>(6.365)</b>	<b>(74.476)</b>	<b>(76.578)</b>
Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.	(3.460)	(6.365)	(74.476)	(76.578)

(a) Referem-se, basicamente, a contratos de prestação de serviços relativos ao provimento de infraestrutura técnica e operacional necessária em negociações com valores mobiliários efetuadas com empresas relacionadas.

As operações efetuadas com empresas do grupo foram realizadas com base em condições usualmente praticadas no mercado.

**20. GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL**

A estrutura de risco do Bank of America Corporation (BAC) define os princípios para o gerenciamento consistente e eficiente dos diversos riscos aos quais o BAC e suas subsidiárias estão sujeitos, incluindo-se as subsidiárias brasileiras do Conglomerado Prudencial Bank of America ("Conglomerado") que é composto pelo Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. e Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

A Estrutura de Riscos estabelece funções e responsabilidades para o gerenciamento de riscos pelas distintas áreas do Conglomerado, consistente com as diretrizes globais, alinhada com o BAC Risk Framework e segmentada em três linhas de defesa (unidades de negócios e funções de controle, gerenciamento independente de risco, e auditoria interna). Adicionalmente, assessora a atuação da Alta Administração, através da delegação de responsabilidades aos comitês e seus executivos e estabelece o apetite por riscos e os limites relacionados às atividades. Esta estrutura descreve os componentes para a abordagem de gerenciamento dos sete principais riscos aos quais o Conglomerado está exposto. A estrutura de riscos é consistente com as expectativas regulatórias e se aplica a todos os funcionários, fornecendo uma compreensão da abordagem da empresa à gestão de riscos e às responsabilidades de cada colaborador para gestão de riscos.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, o gerenciamento dos diversos tipos de risco está integrado na Diretoria Executiva de Riscos, sob a responsabilidade da Chief Risk Officer ("CRO") e supervisão do Comitê de Gerenciamento de Riscos do Brasil (BMRC). O BMRC subordina-se à Diretoria e, entre outras responsabilidades, revisa e avalia a conformidade com os níveis de apetite por riscos, documentados na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), bem como, estratégias para o gerenciamento desses riscos, considerados individualmente e de forma integrada. As atribuições do comitê de riscos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico (<https://www.bofabrasil.com.br>).

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos identifica, mensura, avalia, monitora, informa, controla e mitiga os seguintes tipos de risco:

**Risco de Crédito:** Definido como a possibilidade de ocorrências de perdas associadas à incapacidade ou ao descumprimento pelo tomador, ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e ao custo de recuperação. A exposição de risco de crédito refere-se ao montante em risco ou à máxima perda potencial à qual o Conglomerado está exposto à medida em que concede um novo crédito.

O Conglomerado segue as Políticas de Risco de Crédito locais e globais, que estabelecem elevados padrões para o gerenciamento e monitoramento do risco de crédito, seguindo um rigoroso e disciplinado processo de seleção de clientes.

**Risco Operacional:** Definido como aquele decorrente de perdas resultantes de eventos externos ou sistemas, pessoas, processos internos inadequados ou deficientes. O Programa de Gerenciamento de Risco Operacional, em conformidade com os requisitos do Banco Central do Brasil, incorpora e documenta os processos para a identificação, mensuração, monitoramento, controle e reporte de informações de risco operacional e de conformidade aos comitês apropriados.

**Risco de Conformidade (Compliance):** Definido como aquele decorrente de sanções regulatórias ou legais capazes de acarretar perda financeira relevante ou danos à reputação do Conglomerado decorrentes do descumprimento dos requisitos de leis, regras, regulamentos aplicáveis, bem como, políticas e procedimentos internos aplicáveis e código de conduta de autorregulação (em conjunto, "leis, regras e regulamentos aplicáveis"). O Conglomerado está comprometido com elevados padrões de conformidade, sem apetite para riscos de violações de leis ou regulamentações. O Programa de Compliance busca antecipar, avaliar e responder efetivamente estes riscos, caso se materializem.

**Risco de Mercado:** Definido como aquele decorrente das flutuações das variáveis de mercado que possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos ou, de qualquer forma, os resultados. O risco de mercado é composto por risco de preço e risco de taxa de juros da carteira de negociação. O valor em risco ("VaR") é utilizado em conjunto com outros limites estabelecidos para o gerenciamento das exposições de risco do mercado do Conglomerado.

**i) Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade permite mensurar o impacto no valor de uma posição ou carteira decorrente de mudanças isoladas em fatores de mercado, mantendo-se constantes os demais fatores de risco de mercado. A área de Risco de Mercado Local analisa e reporta diariamente às demais áreas de negócios as medidas de sensibilidade de riscos em relação a taxas de juros, curvas de juros, volatilidades, exposição cambial, ações e mercadorias.

**ii) VaR (Value-at-Risk)**

O Conglomerado aplica globalmente a metodologia de VaR para mensurar potenciais perdas da carteira. O VaR é uma metodologia padrão utilizada para estimar a perda máxima esperada de uma carteira dado um nível de significância e dentro de um horizonte de tempo determinado. A área de Risco de Mercado Local utiliza a medida de VaR como indicador do nível de risco de mercado, sendo que as alterações observadas nesta medida devem estar correlacionadas com mudanças relativas de risco.

O modelo consiste em uma simulação histórica realizada em um período de observações de 3 anos atualizado periodicamente. O nível de confiança do modelo é de 99% e o horizonte de 1 dia, considerando-se a média das últimas 19 perdas mais relevantes neste período de três anos.

A seguir, mostra-se o VaR do Conglomerado nas datas de final de período e os seus valores máximos, mínimos e médios ao longo do ano:

VaR (*) 99% (1 dia em milhares de Reais)		
VaR	31/12/2024	31/12/2023
Fim do período	9.842	13.235
Mínimo (*)	4.759	7.496
Máximo (*)	15.213	21.537
Médio (*)	9.588	13.502

(\*) Média das 19 perdas mais relevantes de uma janela de observação de 3 anos.

A metodologia de VaR por simulação histórica não exige que haja hipótese prévia sobre a distribuição dos retornos e não é necessário estimar volatilidades ou correlações entre os ativos do portfólio, considerada uma vantagem em relação a outras metodologias de cálculo de VaR. Entretanto, com relação aos retornos históricos, deve-se considerar que eventos passados não representam, necessariamente, eventos futuros, ou seja, a série temporal pode conter eventos que não ocorrerão mais ou ainda, omitir eventos que ocorrerão no futuro. Além disso, por ponderar todas as amostras com o mesmo peso, o VaR pode ser distorcido por informações antigas e caso um valor extremo saia da janela de observação, o VaR poderá sofrer grande variação.

**Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRB):** Definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. O IRRB é monitorado regularmente por meio das métricas e metodologia padronizadas pela Circular nº 3.876/18 do Banco Central do Brasil, conhecidas como ΔEVE e ΔNII.

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Conglomerado Prudencial Bank of America zelar pela qualidade das Demonstrações Financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e para administração de riscos.

No decorrer do exercício foi realizada reunião de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e de outras áreas. Destacamos os seguintes assuntos tratados:

- Revisão das Demonstrações Financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024;

**Risco de Liquidez:** Definido como a incapacidade de atender às necessidades esperadas ou inesperadas de fluxo de caixa e garantias e, ao mesmo tempo, continuarmos a apoiar nossos negócios e clientes sob condições econômicas distintas.

Todas as operações e atividades afetam o perfil de risco de liquidez do Conglomerado. É fundamental compreender o perfil de risco de liquidez de forma agregada e em base granular para gerenciar o risco de liquidez por área de negócios e no Consolidado. A Tesouraria Corporativa, em conjunto com as linhas de negócio, monitora a posição de liquidez diariamente e, caso necessário, toma ações corretivas para manter as métricas de liquidez de acordo com o apetite por risco. Adicionalmente, o Conglomerado possui um plano de contingência de liquidez para situações na qual a métrica de estresse fique abaixo dos limites pré-determinados.

**Risco Reputacional:** Definido como aquele proveniente da percepção negativa das práticas de negócios adotadas pelo Conglomerado que possam afetar negativamente a rentabilidade e as operações. O risco reputacional pode ser proveniente da publicidade adversa ou informação negativa sobre o Conglomerado ou setor, seja verdadeira ou não. As percepções negativas podem afetar a confiança das principais partes interessadas, incluindo clientes, contrapartes, investidores, reguladores, agências de risco, o escrutínio de partes externas (políticos, consumidores, organizações da mídia) e a contínua ameaça de litígios.

O risco reputacional é gerenciado através de políticas e controles estabelecidos em nossos processos de gerenciamento de riscos e negócios para a mitigação tempestiva dos riscos de reputação e através de monitoramento e identificação proativa dos potenciais eventos de risco reputacional. É estabelecido ambiente de controle com o objetivo de prevenir eventos de risco reputacional antes que venham a ocorrer. Os funcionários devem proteger a reputação do Conglomerado, agindo sempre com ética e em conformidade com a legislação aplicável, políticas e padrões, conforme definido em Código de Conduta.

**Risco Estratégico:** Definido como aquele resultante de premissas incorretas sobre fatores internos ou externos; planos de negócios inadequados, como premissas agressivas, foco equivocado e/ou ambíguo; execução de estratégia de negócios ineficiente ou resposta tempestiva às mudanças nos ambientes competitivos, macroeconômicos ou regulatórios, como ações do concorrente, alteração das preferências dos clientes, obsolescência de produtos e desenvolvimento de novas tecnologias.

**Riscos Interconectados:** Além dos tipos de risco descritos acima, os riscos podem se manifestar em diversos outros tipos de risco, causando interdependências. Esses riscos interconectados requerem esforços abrangentes e colaborativos para serem identificados, medidos, monitorados e controlados de forma eficaz. Riscos sociais, ambientais e climáticos, de concentração, de segurança da informação, risco de dados e risco de conduta são exemplos de riscos interconectados.

**Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos:** O Conglomerado possui uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e estabelece as diretrizes para identificação, avaliação, monitoramento e mitigação de controle destes, em aderência às Resoluções CMN nº 4.943/21 e nº 4.945/21.

**Gerenciamento de Capital:** Consolida de forma estruturada as ações implementadas pelo Conglomerado para fins de gerenciamento de capital regulatório de acordo com as determinações da Resolução CMN nº 4.557/17. A estrutura de capital fornece uma previsão da suficiência do capital regulatório disponível, no cenário normal e estressado, tendo em vista os objetivos estratégicos, riscos inerentes à operação do Conglomerado, lucros futuros, política de distribuição de lucros e ações corporativas previstas pela gerência executiva.

As informações quantitativas e qualitativas, não auditadas, relacionadas ao gerenciamento de riscos referentes ao Pilar 3 de Basileia III encontram-se disponíveis no endereço eletrônico (<https://www.bofabrasil.com.br/>).

**21. OUTRAS INFORMAÇÕES**

**i. Perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros**

A tabela a seguir demonstra o perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros da Corretora:

Ativo	31/12/2024	
	Sem vencimento	Até 3 meses
Disponibilidades	303	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	610.452
Negociações e intermediação de valores	-	760.884
Disponíveis para venda	26.294	-
Outros ativos financeiros	-	11.467
<b>Total</b>	<b>26.597</b>	<b>1.382.803</b>

Passivo	31/12/2023	
	Sem vencimento	Até 3 meses
Negociações e intermediação de valores	-	(760.274)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(760.274)</b>
<b>Posição líquida</b>	<b>26.597</b>	<b>622.529</b>

Ativo	31/12/2023	
	Sem vencimento	Até 3 meses
Disponibilidades	292	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	529.878
Negociações e intermediação de valores	-	185.070
Disponíveis para venda	23.675	-
Outros ativos financeiros	-	3.415
<b>Total</b>	<b>23.967</b>	<b>718.363</b>

Passivo	31/12/2023	
	Sem vencimento	Até 3 meses
Negociações e intermediação de valores	-	(185.208)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(185.208)</b>
<b>Posição líquida</b>	<b>23.967</b>	<b>533.155</b>

**Ouvvidoria/Canal de Denúncias**

Em atendimento às Resoluções nº 4.860/20 e nº 4.859/20 do Conselho Monetário Nacional, o Conglomerado Bank of America disponibiliza o canal de ouvidoria e o de denúncia através dos telefones 0800 886 2000 e 0800 721 8036, respectivamente.

**A DIRETORIA**

Ricardo Kenji Mukai  
Contador - CRC 15P233966/O-8

• Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das Auditorias Independente e Interna;  
• Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e Internos;  
• Avaliação da efetividade dos sistemas de Controles Internos da Instituição. O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração e das Auditorias Interna e Independente, recomenda a aprovação das demonstrações financeiras do semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

São Paulo, 20 de março de 2025.

**O Comitê de Auditoria**

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas

**Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está,

de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data